

55% votarão pelos 5 anos

Previsão é de Andrada que aposta no presidencialismo



Lobão: assinaturas pelo mandato de cinco anos chegaram, fácil, a 200

Mandato de 4 anos não vai passar, diz Lobão

Responsável pelo reacquecimento da defesa do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, quando a Comissão de Sistematização já tinha aprovado em quatro anos sua duração, o senador Edison Lobão (PFL-MA) acredita que o movimento a favor de sua proposta está crescendo significativamente na Constituinte, principalmente pela facilidade que tem encontrado na coleta de assinaturas para apresentação da emenda.

Confiante na receptividade do plenário para aprovar os cinco anos, o senador maranhense não recusa que a ausência de apoio dos governadores possa influenciar nos resultados da votação.

"O apoio dos governadores é importante, mas não na extensão que eles próprios imaginam. O recuo de qualquer um dos governadores, no meu entendimento, não terá muita importância", avisou Edison Lobão, ao comentar a hipótese de o governador Orestes Quêrcia, de São Paulo, voltar a apoiar os quatro anos se for contrariado na indicação do novo titular do Ministério da Fazenda. Lobão vai defender também uma emenda a preservação do presidencialismo puro.

O movimento pró-mandato de cinco anos para o presidente Sarney realmente cresceu na Constituinte?

Estou convencido que sim, até por que uma eleição presidencial em 1988 agravaria significativamente a situação econômica do país. Teríamos a administração federal paralisada para dar lugar a uma campanha presidencial sem precedentes na História dos últimos 25 anos do país.

Que o faz acreditar no crescimento da tendência a favor dos cinco anos?

A facilidade que tenho tido para recolher as assinaturas de apolamento às minhas emendas, e pelas manifestações espontâneas de solidariedade à tese dos cinco anos para o presidente José Sarney e à emenda presidencialista que pretendo apresentar.

Quais os setores na Constituinte são mais receptivos a estas duas propostas?

No Centrão, sem dúvida, a receptividade é maior. Mas o próprio PMDB também tem sido solidário, com resistência apenas dos que se caracterizam com perfis mais à esquerda dentro do partido. No PFL também a solidariedade é quase total.

E a emenda presidencialista, também está sendo bem aceita?

Tem havido assinaturas, de um modo geral, de todas as correntes partidaristas na Constituinte, inclusive do PT e PDT, favoráveis à manutenção do presidencialismo. As restrições ficam por conta apenas dos que trabalham pelo parlamentarismo, estes não assinam, mas são poucos. Há também o fato de que, nesta matéria, os partidos não têm orientação definida, cada constituinte adota sua própria conduta.

E a situação do plenário, hoje, no que diz respeito a esta proposta?

Posso dizer com certeza que é bem favorável ao presidencialismo. A esta altura praticamente já não há mais ninguém que aposte no sucesso do parlamentarismo. A tendência sobre o sistema de governo, no Início, era mista, mas o presidencialismo ganhou força a partir da constatação de que a Comissão de Sistematização, em verdade, não representa as idéias do plenário, notadamente no que diz respeito às definições políticas colocadas no texto aprovado, e nas alterações sociais e econômicas mais profundas. Há um absoluto divórcio entre o pensamento da Comissão de Sistematização e o plenário, que depois de sua participação no trabalho das comissões e sub-comissões temáticas, terá agora chance de recompor as suas idéias.

O deputado Sarney Filho reconhece que a duração do mandato de seu pai pode ser definida de acordo com os rumos da economia em 88...

Eu não concordo com este pensamento. O que vai definir a duração do mandato do presidente Sarney é justamente o medo, o receio do agravamento da situação econômica atual. Mesmo porque não haverá tempo para que se analise os efeitos do desempenho da economia durante este ano. Vamos votar isto logo, antes que os reflexos da economia possam interferir nesta votação.

O governador Orestes Quêrcia tem dado a entender que pode voltar a apoiar os quatro anos, dependendo da indicação para o Ministério da Fazenda. Isso pode atrapalhar a aprovação de sua emenda?

Os governadores não tem tido um comportamento muito sólido nesta matéria. Em determinado instante se reúnem no Rio de Janeiro e decidem trabalhar pelos cinco anos. No instante seguinte, no espaço de apenas algumas semanas, se reúnem novamente e deliberam em sentido contrário. De qualquer sorte, o apoio dos governadores é importante, mas não na extensão do que eles próprios imaginam. O recuo de qualquer governador, no meu entendimento, não te-

rá muita importância para a aprovação dos cinco anos pela Constituinte.

Alguns constituintes têm trabalhado a favor da emenda Manoel Moreira, que propõe o "presidencialismo parlamentarizado". Ela teria mais chances que o seu Presidencialismo puro?

Esta é uma idéia que em determinado momento poderá conquistar uma forte corrente de adeptos na Constituinte, porque teria o mérito de, de algum modo, reaglutinar as diversas correntes de opinião política. Mas eu prefiro manter o soldado com o presidencialismo puro, embora com o Legislativo fortalecido. A diferença fundamental entre as duas propostas é que se teria no governo dois governantes: o presidente e o primeiro-ministro. Ambos acabariam competindo entre si em matéria de poderes, surgiriam conflitos.

Nas suas sondagens, o presidente Sarney se mostrou simpático a qual destas duas propostas?

Ele não está mais interessado em se envolver neste problema. Conversamos sobre o assunto duas vezes. Na primeira ele demonstrou pouco interesse e, na segunda, pediu-me que não levasse à frente minha proposta.

Como o PMDB, o PFL encontra-se numa crise interna, provocada principalmente por divergências de cúpula. A candidatura Aureliano Chaves não está sendo relegada a segundo plano?

Ao contrário do que dizem, o presidente do partido Marco Maciel está fazendo nenhuma composição com Leonel Brizola. Ele está conversando também com Ulysses Guimarães e Antônio Ermírio de Moraes, como é do seu dever como presidente de uma agremiação tão grande como o PFL. Ele precisa de fato se municiar de informações amplas para poder deixar seus companheiros em condições de uma boa definição. Quanto à candidatura Aureliano Chaves, ela é natural dentro do PFL, mas não convém ser lançada agora, para que não fique submetido aos desgastes do sol e do sereno.

Emendas têm apoio de 200

O senador Edison Lobão garante que já conseguiu, com certa facilidade, a adesão de aproximadamente 200 constituintes para a apresentação de suas duas emendas, com preferência automática. A emenda com a qual tem trabalhado mais fixa o mandato do presidente José Sarney em cinco anos, no capítulo das Disposições Transitórias do texto constitucional. Esta proposta contém apenas um artigo e pretende derrubar especificamente o artigo do texto aprovado na Comissão de Sistematização e que fixa o mandato do presidente Sarney em quatro anos, com eleições previstas ainda para 1988.

Na sua justificativa, o senador Edison Lobão, contrariando o presidente Sarney, explica que seria injusto reduzir o mandato do atual presidente

para quatro anos, quando o seu antecessor, o general João Batista Figueiredo, teve seis anos, o próximo terá cinco, e na verdade deveria ter seis, de acordo com a Constituição vigente.

Ele vai apresentar também uma emenda para derrubar o sistema parlamentarista, aprovado pela Comissão de Sistematização, propondo a recuperação do presidencialismo clássico.

O senador Edison Lobão explica que sua intenção é preservar as técnicas presidencialistas, fortalecendo o Poder Legislativo, como já prevê o projeto aprovado. Se aprovado pelo plenário, sua proposta vai retirar a expressão parlamentarismo, mas preservar os dispositivos que garantem o fortalecimento do Legislativo.

O senador Edison Lobão explica que sua intenção é preservar as técnicas presidencialistas, fortalecendo o Poder Legislativo, como já prevê o projeto aprovado. Se aprovado pelo plenário, sua proposta vai retirar a expressão parlamentarismo, mas preservar os dispositivos que garantem o fortalecimento do Legislativo.

Ontem à tarde, José Lins prosseguiu no trabalho de revisão das emendas do Centrão, que atingirão, de acordo com seus cálculos, entre 10 a 15 por cento do texto da Comissão de Sistematização. Elas serão divulgadas amanhã.

TARCISIO HOLANDA Repórter Especial

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), um dos mais importantes coordenadores do Centrão, acredita no êxito de uma negociação em torno da implantação do presidencialismo parlamentarizado, como quer o Palácio do Planalto, bem como na aprovação de um mandato de cinco anos e, portanto, na eleição para escolha do futuro presidente da República a 15 de novembro de 1988 e não este ano.

Cerca de 55 por cento dos constituintes, segundo a estimativa do parlamentar mineiro, deverão aprovar o mandato de cinco anos, uma vez que a maioria do PMDB não interessa eleição em 88, pois o partido não tem candidato; 20 por cento votarão contra para marcar posição, embora aplaudindo secretamente o mandato de cinco anos; e só 20 por cento ficarão gritando contra, interessados mesmos na eleição este ano.

ENTENDIMENTO

Grande parte das questões fundamentais vai ser decidida pelo voto — sobretudo aquelas que estão localizadas nos capítulos da Ordem Econômica e da Ordem Social. O deputado mineiro acredita na hipótese de um entendimento em torno do sistema de governo e da duração do mandato de forma a adiar a próxima eleição presidencial para 1989.

Argumenta que se fortaleceu a convicção de que uma eleição presidencial em 1988 seria um complicador capaz de provocar uma crise institucional. O País atravessa uma grave situação econômica-financeira com profundas repercussões sociais, achando Bonifácio de Andrada que uma eleição presidencial nesse contexto certamente denotaria uma grande crise.

Além disso, o parlamentar mineiro está convencido, depois de uma demorada reflexão a respeito do quadro político nacional, que as lideranças mais responsáveis do PMDB voltarão do contacto com as suas bases advertidas para a necessidade de promover um entendimento a respeito da questão principal — que é a forma de governo e a duração do mandato — para evitar que parem ameaças ao processo de transição democrática.

Acresce, ainda, o fato de que o PMDB não dispõe de um candidato capaz de unir as diferentes correntes ideológicas do partido para disputar uma eleição em

1988. O interesse de sobrevivência das atuais dimensões do partido apontaria para o adiamento do pleito, no mínimo para 1989.

Bonifácio de Andrada acredita na possibilidade de um entendimento em torno da forma de governo e da duração do mandato que reúna a grande maioria — cerca de 70 por cento dos constituintes. Existe, para ele, um consenso segundo o qual o presidencialismo imperial que se pratica no Brasil é a principal fonte das crises que temos vivido.

Isto porque o Congresso mantém-se em posição retraída, lava as mãos e fica distante a respeito da crise, reputando, com certa razão, que se não tem responsabilidades, se não participa da tomada de decisões, não deve se envolver com os problemas. Toda a responsabilidade cai, então, sobre os ombros do presidente da República, concorrendo para agravar o quadro de dificuldades.

Indaga Bonifácio por que não se atribui a menor importância a discursos pronunciados na Constituinte ou mesmo no Congresso. E responde: porque não têm importância, por melhores que sejam não influem no desfecho dos acontecimentos. E pela razão simples de que o Congresso está marginalizado do centro de decisões.

A solução estará, então, em despir o presidencialismo de seu caráter imperial, transferindo algumas de suas atribuições para o Congresso. O modelo de presidencialismo com práticas parlamentaristas seria o caminho para manter o presidente da República como chefe de governo, mas fortalecendo o Parlamento para participar das decisões.

Ele está certo de que essa marginalização do Congresso tem funcionado contra o governo, que fica desamparado de qualquer apoio político justamente na emergência das crises. O certo será, então, dividir responsabilidades, dando ao Congresso papel saliente na formulação das políticas e até em sua execução.

O Presidente necessita de um homem, no caso o primeiro-ministro, que dê combustível ao governo, que o alimente de apoio e credibilidade popular, uma vez que o chefe do Conselho de Ministros, ainda que nomeado pelo presidente da República, terá de contar necessariamente com respeito e apoio do Parlamento. A partir desta semana, acredita o deputado mineiro, negociações serão estabelecidas em torno da forma de governo, sendo favorito o modelo do presidencialismo misto.

Amaral: eleição tumultua

A situação nacional está levando à abreviação da sucessão presidencial, e a reação à crise econômica obrigatoriamente reduzirá o mandato do presidente José Sarney para quatro anos. A previsão foi feita ontem pelo líder do PDS na Constituinte, deputado Amaral Netto (RJ). Defensor de um mandato de cinco anos, salvo se forem convocadas eleições gerais, Amaral Netto disse, entretanto, que como líder se curvará à decisão da maioria da bancada que, segundo ele, é favorável aos quatro anos.

O líder do PDS afirmou que certamente a economia influenciará no mandato, com o que não concorda. Para Amaral Netto, eleições este ano para Presidente seriam "tumultuosíssimas", provocariam muita agitação no País e não custariam menos de um bilhão de dólares. E a esquerda radical "iria jogar mensagens fáceis, já que o povo está com fome".

Mudar de Presidente — acrescentou o líder — não vai resolver nada. Duvido que haja alguém credenciado para resolver a situação econômica.

Amaral Netto disse também admitir os quatro anos

para Sarney com eleições gerais, "porque aí o povo poderá dizer se quer que os parlamentares continuem, e ninguém irá dizer que os políticos estão legislando em causa própria". Na hipótese de eleições para Presidente ainda este ano, o líder defende a candidatura "natural" do presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), para o partido "firmar uma posição". Segundo o deputado, Passarinho é um dos nomes mais respeitáveis do País, em toda e qualquer área, e um homem que, depois de muito tempo no governo, é inotacável: — Nunca ninguém conseguiu falar nada contra ele.

CONSTITUINTE

Amanhã, Amaral Netto deverá reunir-se com Passarinho para conversar sobre a Constituinte, o pacote fiscal — que, acredita, não será aprovado — e a situação geral do País. Depois de uma viagem de quinze dias, o líder retornou ontem a Brasília e quer "tomar pé" para atuar nesta nova fase da Assembléia. Ele acha que a Constituinte começará a discutir as matérias constitucionais depois do dia 10 ou 15 deste mês.

PMDB pode reverter desgaste, diz Jobim

A vitória do candidato do PMDB à sucessão do presidente José Sarney dependerá da performance do partido após a promulgação da nova Constituição, previu ontem o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Segundo ele, munido das novas regras constitucionais, a legenda poderá, no período entre a promulgação da Carta Magna e a realização da eleição presidencial, reverter o desgaste político que sofre no momento.

Admitiu o deputado que "não será fácil" fazer com que o PMDB recupere novamente o prestígio popular. Contudo, acredita que ao promover as reformas sociais prometidas, o partido poderá nesse curto período de tempo voltar a

ter a confiança do eleitorado. Jobim afirmou que ainda não se definiu a candidatura ideal do partido para a eleição presidencial. Cauteloso, evitou traçar o perfil do que considera como o candidato peemedebista que poderia ter melhores chances de vencer a campanha.

O desgaste da legenda perante o eleitorado terá influência sobre as eleições municipais deste ano, disse Jobim. Porém, argumentou, "esse desgaste a nível municipal é bem menor do que a nível estadual ou federal". Explicou o deputado que em pleitos municipais o problema partidário é menor, uma vez que as "questões paroquiais" tem preponderância sobre os demais temas.



Planalto perde voto no Senado

O presidente José Sarney deverá começar a perder as votações no Senado porque o descontentamento com o Governo é muito grande. A primeira reação contra o Presidente deverá ocorrer na apreciação do pacote fiscal, que será votado em caráter prioritário.

A previsão é do senador João Lobo (PFL-PI), que está preocupado com o desencanto entre seus companheiros. A cúpula do PFL — Marco Maciel (PE) e Carlos Chiarelli (RS) — afastou-se do Governo e os líderes do PMDB — Mário Covas (SP) e Fernando Henrique Cardoso (SP) — estão pregando o rompimento.

DIFICULDADES

Defensor do presidente Sarney, frisando o apoio que tem dado ao Planalto, o senador João Lobo lamenta que o Governo esteja em graves dificuldades no Congresso, especialmente no Senado. Há, a seu ver, uma disposição de independência, que fatalmente se concretizará na votação das propostas que forem encaminhadas ao Congresso nesse período de convocação extraordinária.

A principal delas será o pacote fiscal, com três decretos-leis e quatro projetos, incluindo o de tributação do patrimônio líquido. Os decretos-leis serão votados pelo Congresso em caráter prioritário, conforme determinação do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), mas os projetos dependerão de requerimento de urgência a ser aprovado pelo plenário.

Em relação ao pacote fiscal, o senador João Lobo, ainda que se considere ligado ao presidente Sarney, deverá votar contra. Essa, a seu ver, é a tendência do Senado, onde predomina a convicção de que a política econômica do Governo tem sido um grande fracasso e é responsável, inclusive, por seu desgaste político.

João Lobo defende a necessidade de uma economia de mercado livre, sem a excessiva intervenção do Estado, como ocorre atualmente. A tributação dos assalariados também parece-lhe exagerada. Não é possível, no seu entender, que apenas 3,5% sejam tributados, melhor, escorçados, enquanto o restante da população nada paga. A ampliação do número de contribuintes reduzirá o percentual de cobrança, preservando-se, apenas, os que realmente ganham pouco.

De qualquer forma é preciso haver, no seu entender, uma reformulação do sistema tributário nacional. A apreciação do pacote fiscal será a grande oportunidade para que o Senado promova essa reforma, rejeitando os decretos-leis e reformulando os projetos que aumentam os impostos.

Lyra é contra convenção de peemedebistas

Recife — O deputado Fernando Lyra (PMDB/PE) disse ontem que vai à reunião dos "Históricos" do PMDB, em Brasília, apenas para defender a tese de que não é mais possível resgatar a imagem do partido. Segundo ele, o PMDB deixou de ser uma frente democrática e se transformou numa "Inchação", agravada com a participação de 130 de seus parlamentares no bloco chamado "Centrão".

— O passado para nós é apenas uma referência — disse o deputado, acrescentando que o Brasil pós-Constituinte está a exigir uma "coisa nova" que lhe permita enfrentar seus principais problemas econômicos e sociais. Essa "coisa nova" a que ele se refere é uma agremiação de tendência centro-esquerdista, cujos referenciais a nível nacional seriam o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o senador paulista Fernando Henrique Cardoso.

CONTRA

Lyra é contrário à convocação de uma convenção nacional do PMDB depois da Constituinte, afirmando que a convenção anterior foi convocada para não decidir coisa alguma.

Centrão retoma a negociação

O Centrão retoma amanhã os contatos com o Grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), a fim de tentar uma revisão de posições em torno de algumas matérias "relativamente secundárias" sobre as quais não há consenso. A informação foi prestada ontem pelo deputado José Lins (PFL-CE), um dos coordenadores do Centrão.

Segundo José Lins, da análise do texto Hércules IV, produzido pelo Grupo dos 32, o Centrão concluiu que há uma coincidência de opiniões quanto à maioria das mudanças que devem ser promovidas no texto aprovado pela Comissão de Sistematização, muito parecidas com as nossas — disse José Lins, para quem será possível um entendimento em rela-

ção aos pontos de menor importância tratados de forma distinta pelos dois grupos.

Ontem à tarde, José Lins prosseguiu no trabalho de revisão das emendas do Centrão, que atingirão, de acordo com seus cálculos, entre 10 a 15 por cento do texto da Comissão de Sistematização. Elas serão divulgadas amanhã.